

Editorial

Os militares contribuíram de múltiplas formas nos complexos processos de construção das comunidades imaginadas que legitimam suas dispendiosas corporações, notadamente por via do serviço militar universal e obrigatório. A chamada conscrição, desenvolvida a partir do século XIX, ajudou a sacralizar o território e transferiu a todos a obrigação da sua defesa. Mas, após a Segunda Guerra Mundial, com o emprego de armas e equipamentos crescentemente sofisticados – e de produção altamente monopolizada – a guerra passou a exigir a formação de profissionais cada vez mais qualificados tecnicamente. Como seria estabelecida, então, a relação entre o militar e a comunidade que, unida abstratamente, empresta sentido à sua existência?

Levantamos estas provocações a Benedict Anderson e suas reflexões foram apresentadas na conferência de abertura do V Encontro Anual da Associação Brasileira de Estudos da Defesa, ocorrido em Fortaleza.

Depois de lembrar que os militares quase sempre se percebem como distintivos da nacionalidade, o reputado pensador sublinhou um fato indiscutível, mas nem sempre levado em conta: as forças armadas constituem a mais estandardizada das instituições do Estado-nação. Em outras palavras, estrutural e funcionalmente, os exércitos são muito parecidos, não obstante as indiscutíveis diferenças que os caracterizam. Dado o desenvolvimento da indústria de armas, monopolizada por poucos países, a maioria das instituições militares, sem abandonar a condição de símbolos distintivos da nacionalidade, se transformaram em organismos “distantes de qualquer ideia de singularidade nacional” e ficaram acentuadamente “dependentes do mundo exterior”.

Findos os movimentos de expansionismo territorial e com o advento da Guerra Fria, o papel da maior parte das corporações militares – de “defesa externa” – foi conturbado, já que assumiram

como principal tarefa derrotar opositores internos, a militância comunista. Assim, a clara distinção entre a nobre tarefa de defesa externa e o papel de polícia foi desfeita. Com o fim da Guerra Fria, a maioria das instituições militares enfrentou dificuldades na redefinição dos seus papéis. Entrou em pauta o debate ainda incluso sobre as “novas ameaças”, durante o qual a potência hegemônica procurou dar o tom, enfrentando certamente resistências de oficiais à transformação das suas corporações em organismos policiais.

Mais uma vez, abrimos uma edição de *Tensões Mundiais* expondo as reflexões de Benedict Anderson. Ao final da sua última estada de duas semanas em Fortaleza, durante a qual retomou sua instigante e agradável convivência com o Observatório das Nacionalidades, consolidamos nosso propósito de explorar a fundo a ideia de que a construção das nacionalidades, antes de tudo, resulta da intensificação dos intercâmbios globais. As nações, invariavelmente apresentadas como destinos inelutáveis de uniões sentimentais entre iguais, em últimos termos, nascem e se consolidam como expressões da legitimidade de Estados obrigados a conviver em ordenamento globalizado.

O conjunto de artigos reunidos nesta edição oferecem elementos importantes nesta perspectiva de análise, a começar por Wolfgang Knöbl que explora fenômeno de expressão crucial na configuração dos processos internacionais: a construção da identidade nacional na Grã-Bretanha. Para o autor, a supremacia inglesa pode ser explicada pela emergência das estruturas administrativas durante o medievo, mas, sem os esforços em torno da unidade religiosa, não teria sido exequível o domínio britânico sobre gauleses, escoceses e irlandeses. Como é sabido, tal domínio constituiu o ponto de partida para a projeção global do Reino Unido. Knöbl alinha interessantes questões teóricas evidenciadas por este estudo de caso.

Revelando promissora iniciação nos intrincados problemas do estudo das nacionalidades, Irlena Malheiros, Monalisa Lima e Andréa Camerino, jovens pesquisadoras da Universidade Estadual do Ceará, especulam, com base nas formulações de Tocqueville sobre o “amor à pátria”, o apoio social à expansão estadunidense.

O sentimento de unidade interna constituiu uma pilastra da extraordinária presença mundial dos Estados Unidos ao longo do século XX. Ao observar o panorama atual, as pesquisadoras notam que o teor fundamentalista dos discursos dos presidentes norte-americanos, acirrados após o 11 de setembro, já não sensibiliza da mesma forma.

Como mostram as autoras, os princípios que orientaram a política externa estadunidense marcaram fortemente a cultura política da América Latina. A crônica instabilidade institucional dos Estados latino-americanos foi persistentemente alimentada por ingerências constantes. Os alvos preferenciais das interferências estadunidenses foram os países detentores de riquezas naturais ou situados geograficamente em pontos estratégicos. Foi o caso notório da Venezuela, cuja história recente é objeto de atenção de Manuel Shuterland. Ao reconstruir o ambiente no qual se inseriu a famosa revolta popular ocorrida em 27 de fevereiro de 1989, o “Caracazo”, o autor oferece elementos relevantes para a compreensão da liderança de Hugo Chávez, hoje o mais conhecido protagonista do “antiamericanismo” no Continente.

Ao longo do século XX, as políticas culturais e educacionais dos Estados latino-americanos representaram poderosos instrumentos de afirmação de identidades nacionais. Tais iniciativas públicas foram sobremaneira importantes tendo em vista os legados étnicos diferenciados e as profundas desigualdades sociais herdadas do passado colonial. Quando a afirmação da nacionalidade se confunde com mudanças sociopolíticas radicais, como foi a experiência de Cuba, o papel da intelectualidade fica entremeado com as tarefas de condução de políticas assentadas em novos parâmetros. Alexia Massaholder, amparada em depoimentos de intelectuais cubanos que atuaram após a Revolução, fornece interessantes subsídios para a avaliação dos dilemas do regime socialista, cuja legitimidade foi fortemente baseada no sentimento coletivo de defesa contra a dominação do poderoso vizinho.

Esta edição inclui, ainda, uma análise de Alexandre Barbalho acerca das políticas culturais no Brasil e na Costa Rica, implantadas no período das orientações ditas “desenvolvimentistas” (1950-1980). No tocante à política educacional, Manuel Riesco Larraín e

Francisco Durán del Fierro abordam um fato que despertou a atenção geral nos últimos anos: o ruidoso movimento pela reforma da educação no Chile. Mais que simples demandas de melhorias específicas no ensino, as reivindicações da juventude chilena – intensamente apoiadas por amplos setores da sociedade – expressam a insatisfação diante dos efeitos discriminatórios e segregacionistas do sistema implantado desde a ditadura e aprofundado durante o período neoliberal. Conforme ressaltam, a luta em defesa da educação pública no Chile se enlaça com a demanda geral por reformas sociais.

Os esforços históricos pela integração sul-americana, simbolizada pelo Mercosul, parecem ganhar impulso com a criação da Unasul. Nada mais exemplar neste sentido que o clima de confiança mútua propiciado pelo Conselho de Defesa desta nova entidade. Este tema é objeto da matéria assinada por Suzeley Kalil Mathias e Vanessa Braga Matijascic.

Finalmente, dois estudos abordam o fenômeno atual de maior impacto nas perspectivas estratégicas das próximas décadas: a veloz ascensão da China como potência global. O tabuleiro político mundial se agita com o fenômeno chinês; alianças e pactos entre as nações passam a ser redefinidos tendo em conta as possibilidades oferecidas pelas relações com a China. Xiaoqin Ding destaca a importância da América Latina e da África para o expansionismo chinês, enquanto Jawdat Abu-El-Haj vasculha um aspecto estratégico do esforço desenvolvimentista, a política de telecomunicações.

A partir desta edição, *Tensões Mundiais* passa a ser editada como empreendimento conjunto de dois programas de pós-graduação: o de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, onde está sediado o Observatório das Nacionalidades, e o de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Nossa expectativa é de que essa parceria favoreça nosso esforço em oferecer estudos e análises propiciadoras de novas possibilidades de compreensão das tensões mundiais e da formação das nacionalidades.

Os Editores